



CAMINHOS DA MEMÓRIA COLETIVA AGROECOLÓGICA NAS R-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS¹

Flavia Donini Rossito

Anne Geraldi Pimentel

Katya Regina Isaguirre-Torres

Resumo

Apesar do avanço da industrialização nas fronteiras do campo, que desterrou os camponeses e tentou os marginalizar dos conhecimentos e das práticas tradicionais camponesas, esses camponeses encontraram outras formas de continuar resistindo e desenvolvendo uma agricultura em bases agroecológicas. Para demonstrar esse processo de resistência buscou-se descrever duas experiências, uma cubana e outra brasileira, que buscaram resgatar a memória coletiva para desenvolver uma ciência popular que veio a ser chamada de agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; R-existência camponesa; Conhecimentos tradicionais; Ciência popular.

PATHS OF THE AGROECOLOGICAL COLLECTIVE MEMORY IN THE PEASANT R-EXISTÊNCIA²

Abstract

Despite the advance of industrialization on the frontiers of the countryside, which banished the peasants and tried to marginalize them from traditional peasant knowledge and practices, these peasants found other ways to continue resisting and developing agriculture on an agroecological basis. To demonstrate this process of resistance, we sought to describe two experiences, one Cuban and one Brazilian, which sought to rescue the collective memory to develop a popular science that came to be called agroecology.

Key-words: Agroecology; peasant *r-existência*; traditional knowledge; popular science.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Não encontramos expressão correspondente na língua inglesa. Optamos por manter na língua portuguesa a expressão *r-existência* utilizada por Porto-Gonçalves (s/d, p.47) para definir um ato que vai além da simples reação a uma ação alheia, mas que por existir antes desta ação, ao resistir, *r-existe*.

CAMINOS DE LA MEMORIA COLECTIVA AGROECOLÓGICA EN LAS R-EXISTENCIAS CAMPESINAS

Resumen

Sin embargo del avance de la industrialización en la fronteras del campo, que ha desterrado los campesinos y ha intentado marginar a ellos de los conocimientos y de las prácticas tradicionales campesinas, estos campesinos encontrarán otras maneras de continuar resistiendo y desarrollando una agricultura en bases agroecológicas. Para demostrar este proceso de resistencia se ha buscado describir dos experiencias, una cubana y la otra brasileña, que buscaron rescatar la memoria colectiva para desarrollar una ciencia popular que vino a ser llamada de agroecología.

Palabras-llaves: Agroecología; R-existencia campesina; Conocimientos tradicionales; Ciencia popular.

INTRODUÇÃO

Por meio de um movimento mundialmente conhecido como Revolução Verde, fez-se acreditar que era preciso modernizar e industrializar o campo sob o lema de “acabar com a fome do mundo”, em um cenário de fome e migrações após duas grandes guerras mundiais. Assim, o mundo industrial avançou também sobre o setor agrícola e, segundo Hobsbawm (2007, p. 257), durante as décadas de 1950-1960 a produção agrícola se expandiu no ritmo da industrialização com o aumento da produtividade durante a Revolução Verde. Outros autores também tratam da mesma temática ao mencionarem a Revolução Verde, como Santilli (2009, p. 58) e os autores Costa e Oliveira (2013, p. 55).

Destaca Juliana Santilli (2009, p. 58) que nesse período de modernização agrícola as plantas foram desenvolvidas e selecionadas para se adaptarem à mecanização agrícola e para absorverem os insumos químicos; explica, ainda, que o mesmo aconteceu com as raças de animais domesticados, os quais foram selecionados de acordo com a capacidade de se adaptarem às rações industriais e ao confinamento em pequenas áreas.

Duas consequências desse progresso agrícola são apontadas por Hobsbawm (2007, p. 286): êxodo rural e o aparecimento dos grandes produtores agrícolas mundiais. Entre as décadas de 1945 a 1990, houve o que Hobsbawm (2007, p. 28) denominou de “revolução social”, cuja marca foi o êxodo rural, como aponta os autores Costa e Oliveira (2013, p. 66), foi causado pela invasão das tecnologias de intensificação da exploração da mão-de-obra e a mecanização do setor agrário, isto fez com que grande parte da população migrasse das áreas

rurais para as urbanas em busca de sustento, principalmente, nos países centrais. Obviamente que, este processo levou a uma grande concentração de renda e poucos agricultores se “transformaram nos grandes produtores agrícolas para o mercado mundial” (HOBSBAWM, 2007, p. 286).

A modernização agrícola trouxe o pacote de industrialização das sementes, dos fertilizantes, dos agrotóxicos, maquinários e tecnologias agrícolas não acessíveis aos camponeses. Desta maneira, o agronegócio criou um sistema de dependência do campo aos pacotes agrícolas e tecnológicos, o que contribuiu para a marginalização dos conhecimentos e das práticas tradicionais camponesas.

Essa marginalização dos conhecimentos e das práticas tradicionais traz a noção de que há cisão entre os saberes populares e a ciência moderna, como percebe Santilli (2012), que identifica dois tipos de sistemas de circulação de sementes: o sistema formal, regulador da circulação das mercadorias vindas do desenvolvimento de tecnologias da ciência moderna, no qual o agricultor é entendido como mero receptor dessas tecnologias agrícolas, o que marca uma subordinação destes agricultores ao sistema de agricultura industrial; e o sistema local, no qual os agricultores são ativos e utilizam de seus conhecimentos tradicionais para produzir suas próprias sementes. Portanto, quando o agricultor é tratado como mero receptor das sementes produzidas pelas empresas multinacionais de sementes e outros insumos químicos, parece desvinculado de seu próprio conhecimento.

É um modelo que subestima a capacidade dos agricultores locais e tradicionais de desenvolver e produzir suas sementes, assim como seus saberes e práticas agrícolas (em geral), e considera que o conhecimento científico dará solução a todos os problemas agrícolas por meio das variedades melhoradas e das sementes ‘de alta qualidade’. Os agricultores são vistos como meros recipientes dessas tecnologias agrícolas (SANTILLI, 2012, p.461)

Entretanto, ao mesmo tempo em que se intensifica o movimento para industrializar o campo, de outro lado os camponeses que não tinham, não têm ou optaram por não ter acesso aos pacotes tecnológicos e agrícolas resistem com suas práticas tradicionais de cultivos agrícolas, da manutenção e troca de sementes crioulas, da criação de animais, da pesca artesanal, do extrativismo sustentável e inventam suas tecnologias camponesas alternativas. Neste sentido, expressam Machín Sosa et. al. (2013, p. 31) que,

No mundo inteiro, a família camponesa sempre fez experiências com diferentes métodos de plantio e de produção, compartilhando depois o conhecimento resultante

com os vizinhos. Foi a modernização brutal – com o despojamento e o deslocamento do saber local e tradicional que acompanharam a Revolução Verde – que gerou um deslocamento do saber tradicional pelo pensamento e práticas da modernidade, assim como o virtual abandono de muitas tradições importantes. **Por sorte sempre sobreviveram alguns conhecimentos remanescentes e memórias coletivas.** (Grifo nosso)

E por meio dos conhecimentos tradicionais remanescentes e memórias coletivas empregadas como resistências cotidianas desenvolvidas por uma ciência popular que veio a ser chamada de agroecologia, com técnicas e práticas de conservação, troca e comercialização das sementes crioulas entre camponeses, de receitas de caldas agroecológicas utilizadas como fertilizantes e também repelentes, de técnicas de conservação e recuperação do solo e do desenvolvimento de tecnologias alternativas, os camponeses seguiram em resistência ao projeto industrial de produção capitalista que se inicia pela desterritorialização camponesa (expulsão do camponês da terra) e a criação da propriedade privada individual da terra, da natureza e suas sementes, Essa expulsão dos camponeses e apropriação privada das terras, como Marx (2017, p. 838) diz foi a base do desenvolvimento capitalista, que se constituiu pela “expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras”.

A presente pesquisa tem por objetivo descrever partes de um pequeno caminho já percorrido pelas presentes pesquisadoras na imensidão dos caminhos de r-existência camponesa agroecológica pela América Latina e Caribe como contribuição ao estudo das resistências cotidianas do movimento camponês contra a expansão violenta do processo de produção do capital³ no campo para formação do capital industrial⁴ como “força dominante do metabolismo socioeconômico” que “define a fase clássica da formação capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 1064).

Utilizamos da pesquisa-ação junto às experiências da Reforma Agrária Popular Agroecológica e suas Jornadas de Agroecologia conduzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado do Paraná, região Sul do Brasil, e de uma pesquisa de campo em uma *finca* agroecológica em Cuba, para traçarmos, assim, as bases teóricas e práticas da presente pesquisa.

3 István Mészáros (2011, p. 1064) analisa o termo “capital” como uma “categoria histórica dinâmica” e que “a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’, etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal se emergir e se consolidar”.

4 Explica István Mészáros (2011, p. 1064) que “Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma para outra, até que finalmente o capitalismo industrial se torne a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente defina a fase clássica da formação capitalista.”

Dividimos o presente trabalho em dois momentos. No primeiro analisamos os caminhos que vêm sendo traçados pela r-existência camponesa a partir do conhecimento tradicional que compartilha sua memória coletiva, que ora se utiliza de metodologias simples de trocas de saberes e outrora de métodos mais sistematizados como é o caso do Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC). No segundo descrevemos duas experiências como exemplos da práxis na construção dos caminhos de r-existência camponesa agroecológica diante da violenta expansão do capital industrial no campo.

R-EXISTIR PELA AGROECOLOGIA

Primeiramente, entendemos necessário analisar três conceitos importantes para que possamos descrever os dois casos práticos que trazemos como exemplos de resistências cotidianas ao avanço do capital industrial no campo. São eles: r-existência, agroecologia e memória coletiva camponesa.

Conforme ensina Porto-Gonçalves (s/d, p.47) “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-existe. Existo, logo resisto. R-existo.” E diante da pré-existência da agricultura ecológica tradicional logo se R-existe frente aos Impérios Alimentares (PLOG, 2008, p. 26), tanto na luta pela terra quanto para escolher o modo de produção de alimentos, r-existindo na disputa pelo resgate da soberania alimentar.

Os camponeses que buscam desenvolver as práticas agroecológicas, buscam outras formas de existência, com resgate dos conhecimentos tradicionais e os compartilham através da articulação, trocas de saberes e práticas para desenvolverem de outra forma a produção agrícola, eles serão insurgentes ao controle e à subordinação ao modo de produção capitalista, inventam e reinventam suas práticas, protegem a terra e as sementes, possuem o “controle e a autonomia sobre os meios de produção, sobre a jornada de trabalho e o resultado de sua produção; o respeito aos ritmos e aos processos da natureza etc., significa r-existir à agricultura capitalista” (IKUTA, 2018, p.140).

Essa outra forma de existência e produção vem sendo chamada de Agroecologia, que na verdade expressa um nome novo para práticas que são milenares, conforme explicam Caballero Grande *et. al.* (2014, p. 9),

La agricultura ecológica (Agroecología) aunque es un nombre nuevo, es una práctica milenaria, pues todo lo que hicieron los agricultores a lo largo de la historia es Agroecología, hasta el día en que decidieron romper hostilidades con la naturaleza para doblegarla. Es, por tanto, producir en armonía con la naturaleza, rescatando las prácticas tradicionales y la sabiduría campesina, devolviendo al campesino el papel principal en la producción agrícola, garantizando la sostenibilidad de los sistemas agropecuarios.

Desta forma, as práticas de agroecologia estão intimamente ligadas aos conhecimentos tradicionais que possibilitam a extração e modificação da natureza por meio do trabalho humano, aqui considerado como, nas palavras de Marx (2017, p. 211),

um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Trabalho humano que produz alimentos para vida humana e para outros animais, também conserva e multiplica as espécies das sementes crioulas e da agrobiodiversidade⁵ em interação com os processos de vida da natureza. E esses saberes e práticas agroecológicas formaram ao longo dos séculos a memória coletiva camponesa que mantém viva as relações de reciprocidade entre os seres humanos e entre estes e as demais espécies da natureza. Conforme ensinam Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 23), “A memória permite que os indivíduos se lembrem de eventos do passado. Assim como os indivíduos, as sociedades têm uma memória coletiva, uma memória social”.

Na América Latina e Caribe a forma de trocas de saberes e de práticas que a memória coletiva camponesa assume está intrínseca na agroecologia, e são repassadas de geração em geração, entre vizinhos, por meio da educação do campo e dos cursos das Escolas Latino Americana de Agroecologia (ELAA), que conforme explica Simone Aparecida Resende (s/d), da coordenação pedagógica do MST, é uma proposta que surge da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, em 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e região, quando Hugo Chávez esteve presente, o projeto abarcava duas escolas, uma no Brasil e outra na Venezuela, que também se consolidou – a IALA

⁵ Agrobiodiversidade “é essencialmente um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural” para extrair, conservar, multiplicar ou modificar plantas destinadas à alimentação humana. (SANTILLI, 2009, p. 90-94).

(Instituto de Agroecologia Latino-Americano) Paulo Freire; depois destas, outros institutos também foram se consolidando pela América Latina (Paraguai, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Argentina), sendo que a ELAA – Brasil se tornou um símbolo do internacionalismo no projeto de educação do campo e de transição agroecológica.

Estas trocas de saberes e práticas são também realizadas pela Metodologia de Camponês a Camponês (MCAC). Nas palavras de Holt-Giménez (2008, p. 64),

El Movimiento Campesino a Campesino tiene su origen en la profunda cultura indígena de Mesoamérica; en las lenguas, las comunidades y las familias extendidas que evolucionaron conjuntamente con el cultivo del maíz, de los frijoles y de los güicoyes (calabazas), alimentados por la lluvia. Es parte del cambio constante del campesinado, son formas de resistencia cultural ante la dominación externa, la cual va desde la invasión de los españoles hasta la globalización corporativa actual.

Como bem explica Dom Felipe Tomás Mux (*apud* VÍA CAMPESINA, 2017), camponês Caqchikel guatemalteco, membro do grupo onde nasceu o movimento de camponês a camponês (MCAC) na década de 1960, “*Campesino a Campesino fue sembrado en Guatemala, floreció en México y Nicaragua y dio sus frutos en Cuba*”. E assim, o MCAC foi traçando os caminhos da r-existência camponesa na América Latina e Caribe e semeando os conhecimentos tradicionais agroecológicos.

O MCAC tem como principal metodologia o protagonismo dos camponeses e camponesas nas trocas de práticas e saberes tradicionais agroecológicos, pois há horizontalidade entre quem ensina e quem aprende e quem aprende também ensina (MACHÍN SOSA, et. al., 2013, p. 28-29).

Em Cuba a MCAC tomou grandes proporções políticas e institucionais e se transformou no *Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino (MACAC)* como política nacional e se desenvolveu a partir de uma organização camponesa já existente no país que é a *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)*.

Adilén Maria Roque Jaime, dirigente da ANAP, em entrevista a Anne Geraldí Pimentel, contou como funciona e qual a metodologia utilizada em Cuba:

Se identifican campesinos líderes, con este proyecto, que tiene un grupo de requisitos, que les gusta la experimentación, que tiene que capacitarse, pero que lo más que sean buenos comunicadores, que les gusta divulgar sus experiencias. Y entonces estos campesinos líderes son los que promueven, hacia a otros

campesinos, las prácticas agroecológicas. ¿Cómo? A través de los talleres que organizan o el propio movimiento, de las visitas, los días de campos y intercambios que hacemos periódicamente. Entonces se convirtió, digamos, en una manera de promover muy rápido las prácticas agroecológicas. Y entonces, bueno, es un poco el resultado que hoy nos ha permitido llegar a esa cantidad de fincas, que aún tenemos un potencial de fincas, que sigue creando nuevas tecnologías. En todas fincas campesinas se sigue practicando la agroecología, casi todas. Porque generalmente el campesino prueba el cultivo, intercala cultivos, tradicionalmente usan los transportes de la tracción animal, aplican materia orgánica y lombricultura, pero entonces hay mucho potencial en el sector cooperativo campesino para la agroecología. (ROQUE JAIME; PIMENTEL, 2019)

O MACAC, segundo Roque Jaime (ROQUE JAIME; PIMENTEL, 2019), funciona com a ação de dois atores fundamentais, o promotor e o facilitador. O primeiro é um camponês líder, capaz de promover e contribuir na divulgação da metodologia. O facilitador é um técnico que contribui com a facilitação de todo esse processo dentro das cooperativas. Por último, foi criado a figura do coordenador de agroecologia, que será um profissional, pago por este trabalho, escolhido no município, que se ocupa de coordenar tudo o que tiver relacionado com agroecologia, a ciência e a técnica, Assim, “*en el caso de Cuba, y no como otras regiones, en que la ciencia anda al lado del campesino, esto ya debe haber percebido*” (ROQUE JAIME; PIMENTEL, 2019), declara a entrevistada, ao criticar que em outros países a ciência pode estar separada dos camponeses.

É com estas experiências e trocas de saberes e práticas tradicionais que os camponeses recriam suas formas de ser e estar, reinventam suas existências e constroem consciência social de seu lugar e ações no mundo. De acordo com a autora Batista (2019, p. 306), ao estudar o movimento camponês e sua consciência de classe a partir de seu internacionalismo pela Via Campesina Internacional, conclui que a classe camponesa é

um movimento internacional que desenvolve uma consciência social (consciência em si), na medida em que negando as consequências do capital no campo busca reafirma-se em sua existência, reivindicando seus direitos de acesso à terra, às condições de produção de sua existência, à educação do campo, à saúde, à moradia, à alimentação saudável, direito de acesso à água, à biodiversidade, à infra-estrutura no campo, aos direitos da mulher. Pautas essas articuladas a um projeto de transformação estrutural dessa sociedade.

Desta forma, a memória coletiva agroecológica camponesa vai tecendo seus caminhos de r-existência pela América Latina e Caribe como forma de resistir cotidianamente o projeto de desterritorialização e industrialização do campo, pois, conforme ensina James C.

Scott (2011), naquilo que denominou de “resistências cotidianas”, o fato dos camponeses ou operários não se arriscarem em greves e revoluções que certamente os destruiriam, não significa que aceitaram tudo que foi posto pela elite, mas que cometem pequenas resistências no cotidiano como forma de luta. E tem sido por meio das práticas de resistências agroecológicas que os camponeses têm se insurgido contra os projetos de avanço do capital industrial no campo e r-existindo enquanto classe.

MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS CAMPONESAS PARA AGROECOLOGIA

E das inúmeras experiências da r-existência camponesa agroecológica que existem pela América Latina e Caribe, narramos duas práticas de r-existência agroecológica vivenciadas e estudadas pelas autoras, sendo a primeira vivenciada junto à experiência de agroecologia na província de *Artemisa*, Cuba e a segunda trazendo a história de 18 anos da Jornada de Agroecologia no Estado do Paraná, Brasil.

Agroecologia em Cuba: a experiência da *Finca Villega*

Nos anos de 1960 a 1980 em Cuba, a agricultura foi baseada no modelo industrial, como o único possível de desenvolvimento, momento em que foi um território fértil para este modelo, ou seja, não havia uma disputa. Desta maneira, estamos utilizando a ideia de fertilidade no sentido de falta de disputa com outros modelos de agricultura. Portanto, quando se disse que a agroecologia encontrou território fértil, queremos apontar que, após o fim da URSS, o Estado cubano não tinha outra opção que não fosse encontrar formas de produzir alimentos sem o conjunto tecnológico da agricultura industrial, fenômeno que foi denominado “Revolução agroecológica”, como denomina Machín Sosa *et. al.* (2013) em seu livro intitulado “Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba”.

Para compreender a “Revolução agroecológica”, ocorrida em Cuba depois dos anos de 1990 é preciso contextualizar historicamente o processo desde a luta por autonomia até sua organização como um estado de economia planificada, ou como Florestan Fernandes (2012) aponta “da guerrilha ao socialismo”. E entender os motivos e os efeitos do bloqueio

econômico⁶ imposto à Cuba e suas relações econômicas com a antiga União Soviética, a qual era o principal, senão o único parceiro econômico.

Com o colapso do bloco socialista, a economia cubana entra em grave crise econômica, que levou ao desabastecimento de produtos de toda espécie, desde combustível, maquinarias, insumos agrícolas, a produtos básicos como alimentos, remédios, entre outros (MACHÍN SOSA, *et. al.*, 2013; DESALOMS, 2012). Tudo ocorreu devido à perda das relações comerciais com a extinta URSS e o recrudescimento do bloqueio econômico. Momento que ficou conhecido como “período especial”, entre 1990-1993, quando houve brusca queda no produto interno bruto (PIB) (GARCÍA MOLINA, 2004, p. 17).

O desenvolvimento do setor agrícola em Cuba era extremamente dependente do fornecimento de todos os insumos agrícolas procedentes da agricultura convencional, como pesticidas, herbicidas, fertilizantes químicos. Estava baseada no monocultivo de cana-de-açúcar ou tabaco; e, os alimentos básicos todos eram importados fundamentalmente da União Soviética. A fome se instalou com severidade entre os cubanos, sua causa foi, eminentemente social, devido à continuidade do bloqueio estadunidense e a impossibilidade de importar alimentos com o fim do bloco soviético. A ingestão de calorias dos cubanos caiu de 3.000 calorias diárias para 1.900 calorias, sendo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que não pode ser inferior a 2.400 calorias por dia (DESALOMS, 2012). Isto levou o país de uma situação de relativa segurança alimentar a uma total insegurança alimentar, em pouco tempo.

Foi em resposta a esta crise que o governo cubano entrou numa época de austeridade, que necessitou de medidas especiais, cujo objetivo era “conservar as conquistas políticas e sociais alcançadas com a Revolução” (MACHÍN SOSA, *et. al.*, 2013, p. 47). O principal foco foi a transformação do setor agrícola com a descentralização da produção, a abertura para iniciativas privadas (camponeses ou pessoas jurídicas) com a distribuição de terras em usufruto gratuito; estímulo à organização em forma de cooperação no campo; incentivo à produção de gêneros alimentícios; e, também, a busca por tecnologias de produção agrícola mais sustentáveis, de menor custo, menos agressivas ao meio ambiente (MACHÍN SOSA, *et. al.*, 2013, p. 47).

6 Os EUA buscaram sistematizar legalmente este bloqueio através de legislação nacionais, como a Lei Torricelli de 1992 e a Lei Helms-Burton de 1996, ver em Soto Piper (2008).

É foi nesse contexto histórico de transição agroecológica que a família Acosta Varela, que reside na província de Artemisa, município de Güira de Melena, em Cuba (GOZÁLES CABRERA, 2017), tornou-se, com o processo de distribuição de terras realizada pelo Estado que, usufrutuária da *finca* Villega e, com isso, passou a acessar as políticas do Estado para a agricultura agroecológica, e se filiaram a uma cooperativa de agricultores.

FIGURA 1: Família Acosta Varela em sua *finca* agroecológica Villega. Cuba, 2018.



FONTE: arquivo pessoal Anne Geraldi Pimentel.

Nas fotos abaixo, é possível verificar que eles cuidam do processo produtivo: produção e manutenção das sementes e fazem as mudas, mantêm os cuidados do solo, com a compostagem e adubação natural, plantam uma grande variedade de frutas (banana, abacate, manga, mamey e mamão), hortaliças e legumes.

FIGURA 2: Família Acosta Varela manuseando sementes crioulas e o mudário. Cuba, 2018.



FONTE: arquivo pessoal Anne Geraldi Pimentel.

Conhecem a terra onde vivem e embora o solo seja bom, parte dele possui formações rochosas, que impedem o plantio de legumes e hortaliças, assim, plantaram árvores frutíferas de raízes resistentes como a manga, o mamey⁷ e o abacate.

Na agroecologia, o plantio diversificado é uma prática agrícola que protege e vivifica o solo, o que contribui para o não desgaste dos nutrientes do solo; com práticas agroflorestais, preservam as matas e florestas. Essas práticas de diversificação da produção e agroflorestais só são possíveis em pequenas propriedades, uns dos motivos é que esta é uma produção que não aceita a total mecanização do trabalho, como nas grandes monoculturas, que todo o processo já está mecanizado, desde o preparo do solo até a colheita. Isso não significa menor produtividade nesse tipo de propriedade, pois pequenos produtores que se baseiam na policultura, em termos de produtos colhidos por unidade de área, têm produtividade superior às monoculturas em até 20% a 60%, segundo Altieri (2012, p. 370). Assim, é neste sentido que o autor irá afirmar cinco razões para se revitalizar a agricultura camponesa, citaremos duas:

- b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas;
- c. Pequenas propriedades diversificadas representem modelos de sustentabilidade (ALTIERI, 2012, p. 363).

⁷ Um tipo de fruta endógena ao clima caribenho.

Inclusive, a adoção de técnicas de produção agrícola agroecológica tem surtido efeitos nas mudanças climáticas em Cuba, Díaz (2014) aponta pesquisas que demonstram a maior resistência às intemperes climáticas nas *fincas* que adotaram o sistema agroecológico de produção, práticas que têm contribuído para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Díaz (2014) exemplifica ao relatar a passagem do furacão Ike, no ano de 2008, que, segundo pesquisas realizadas com o objetivo de investigar a capacidade de recuperação das *fincas* agroecológicas, foi observado que nas áreas de plantio convencional “*sembradas con monocultivo sufrieron una destrucción casi total, las pérdidas en las agroecológicas fueron menores, alrededor de un 50%, y presentaron una recuperación entre 80 y 90% tras cuarenta días del paso del huracán*” (DÍAZ, 2014, p. 168).

Exemplo do movimento *campesino a campesino* verificado em Cuba foi a visita realizada na *finca* Villega, onde foi realizada uma conversa com o facilitador Jesus Pérez Pérez, engenheiro agrônomo e com o promotor Miguel Acosta Varela, ambos participam da Cooperativa de Serviços (CCS) *Primero de Mayo* (VÍA CAMPESINA, 2015). O facilitador menciona que sua atividade engloba a preparação dos promotores, bem como produzir sementes em áreas coletivas para a distribuição aos associados da cooperativa (VÍA CAMPESINA, 2015).

Desta forma, a agroecologia está sendo construída através da ação prática e dos conhecimentos tradicionais dos camponeses, que por meio do MACAC transforma a teoria para criar as bases técnicas para a expansão da agricultura agroecológica, é uma “investigação-ação participativa”, na qual o sujeito, no caso as camponesas e os camponeses, têm participação direta através de seus conhecimentos e experiências, que deve ser compartilhado com o saber científico e com os demais camponeses. Formando uma dialética de comunicação, como Paulo Freire (1983) nos ensina, que começa com a experiência prática, se torna teoria e volta para ser aplicada na prática, ação e reflexão, assim, os saberes práticos e teóricos não estão separados, e necessitam de uma articulação entre os sujeitos camponeses e técnicos agrícolas, pois “atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, ‘envolvendo-o’, condiciona sua forma de atuar” (FREIRE, p. 17, 1983).

Em relação à comercialização da produção, em Cuba há um mercado institucionalizado pelo Estado, em que compra os alimentos produzidos pelos camponeses para beneficiar a população. Esse mercado institucional cubano é necessário para garantir uma

estabilidade e segurança aos produtores por constituir uma renda básica às camponesas e aos camponeses. Assim, a família camponesa Acosta Varela (Güira de Melena) declarou que 100% do que produzem vai para venda institucional, e não há outras fontes de renda que não o contrato com o Estado, pois não vendem para mercados ou mesmo de forma privada.

AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DO MST NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

As Jornadas de Agroecologia (JORNADAS DE AGROECOLOGIA, s/d) são encontros realizados em alguns Estados brasileiros, como Bahia e Paraná, entre os Movimentos Sociais do Campo, Organizações Não-Governamentais, Universidades, professores e pesquisadores brasileiros e visitantes de outros países da América Latina e Caribe. No Estado do Paraná as Jornadas de Agroecologia acontecem anualmente e de forma itinerante desde 2001 (TARDIN, 2009).

FIGURA 3 – Mapa das Jornadas de Agroecologia exposto no Túnel do Tempo na 18ª Jornada de Agroecologia. Curitiba/PR, 2019.



FONTE: arquivo pessoal Flavia Donini Rossito.

Na foto acima podemos constatar que a primeira Jornada de Agroecologia aconteceu na cidade de Ponta Grossa, onde ficou com suas três primeiras edições (2002, 2003 e 2004).

Em seguida, passou pela cidade de Cascavel (2005, 2006, 2007 e 2008), por Francisco Beltrão (2009 e 2010), Londrina (2011 e 2012), Maringá (2013 e 2014), Irati (2015), Lapa (2016 e 2017) e nos últimos dois anos foi realizada em Curitiba (2018 e 2019).

Conforme explica José Maria Tardin et. al. (2019, p. 5), a “Jornada surge em contraposição direta ao agronegócio – forma econômica e política do capital dominar e explorar a agricultura, concentrar a terra, mercantilizar a natureza, impor um padrão alimentar à humanidade e depredar as bases ecológicas da biosfera”.

Das Jornadas de Agroecologia ressaltamos sua importância política no enfrentamento ao agronegócio e suas empresas sementeiras que impõem a industrialização ao campo, neste trabalho nos interessa resgatar as práticas de r-existência camponesa agroecológica que ocorrem durante as Jornadas de Agroecologia por meio da transmissão dos conhecimentos tradicionais mantidos pela memória coletiva, o que possibilita a afirmação do saber-viver agroecológico e também para repensar a reforma agrária em uma perspectiva agroecológica.

Dentre as práticas de r-existência que ocorreram e ocorrem durante as Jornadas de Agroecologia, estão os guardiões e guardiãs de sementes crioulas, que expõem suas experiências de conservação, multiplicação, troca e comercialização das sementes crioulas. Percebemos que durante as Jornadas as sementes são trocadas entre guardiões e guardiãs e no ano seguinte, quando voltam à próxima edição da Jornada, cumpriram com o compromisso de multiplicar as sementes crioulas recebidas e, assim, vão mantendo vivas as práticas e os conhecimentos tradicionais de conservação das sementes que respeitam os processos da natureza. Ao manterem viva a memória coletiva de conservação e multiplicação das sementes, os guardiões e guardiãs também mantêm viva sua própria natureza.

Durante a 17ª Jornada de Agroecologia, já na cidade de Curitiba, em plena Praça Santos Andrade, localizada no centro da capital paranaense, trabalhamos junto ao projeto de pesquisa e extensão do Coletivo de Estudos e Ações em Resistências Territoriais no Campo e na Cidade (CERESTA), da UNICENTRO, de Irati, na recepção e partilha das sementes crioulas, oportunidade em que convivemos com camponesas e camponeses, guardiões e guardiãs de sementes e seus saberes tradicionais. Nas diversas prosas que surgiram durante o trabalho, presenciamos o momento em que Dona L. resgatou de sua memória as lembranças da primeira Jornada de Agroecologia na Cidade de Ponta Grossa. Enquanto separávamos e dividíamos em pequenos pacotes diversas espécies de sementes de milho, feijão, arroz e

outros grãos, legumes, verduras, flores etc. para partilha, Dona L. disse que na primeira Jornada eles tinham apenas uma espécie de milho para partilha e no final do evento partilharam entre todos os presentes essas sementes com o compromisso de multiplicarem e trazerem no ano seguinte. O compromisso foi honrado e a cada ano mais e mais espécies de sementes crioulas chegam para serem partilhadas durante a Jornada.

Durante as dezesseis primeiras edições das Jornadas de Agroecologia pelo interior do Paraná também foram possíveis as trocas de conhecimentos e práticas agroecológicas nas oficinas que eram realizadas com base na MCAC, onde eram trocadas receitas de caldas agroecológicas de fertilizantes e de repelentes, técnicas de enxerto de mudas, de conservação e recuperação do solo degradado, dentre tantas outras práticas e saberes agroecológicos que contribuíram para construção de acampamentos e assentamentos agroecológicos da reforma agrária.

Nos anos de 2018 e 2019, já no centro da capital paranaense, as Jornadas de Agroecologia começam a tomar novo formato que se aproxima das feiras da reforma agrária promovidas pelo MST em outros estados brasileiros. No centro urbano já não é mais possível as oficinas agroecológicas. Entretanto, nesse novo formato, as Jornadas também conquistam um espaço importante na luta pela soberania alimentar, por uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e transgênicos, uma vez que aproximam campo cidade, agricultores rurais e urbanos, produtores e consumidores, trabalhadores rurais e urbanos.

Na acolhida e partilha das sementes crioulas nas duas edições realizadas em Curitiba fomos surpreendidas pelos guardiões e guardiãs urbanos de sementes crioulas. A agricultura urbana r-existe na capital paranaense nos quintais, praças, terrenos baldios e pequenas chácaras, prova de que os caminhos da memória coletiva agroecológica vão r-existindo cotidianamente tanto no campo quanto nas cidades às investidas violentas da expansão do capital.

Durante as Jornadas de Agroecologia também é marcante a r-existência das mulheres camponesas como guardiãs das sementes crioulas, produtoras de alimentos agroecológicos, artesanatos, nas apresentações culturais, na educação do campo, a frente das cooperativas da reforma agrária e na luta pela terra.

Na 18ª Jornada de Agroecologia as mulheres representaram suas bandeiras de lutas e de produção agroecológica em uma grande mandala em exposição no Túnel do Tempo, como observamos na foto abaixo.

FIGURA 4: Mandala representando o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra e por outro modelo de produção. Túnel do Tempo na 18ª Jornada de Agroecologia. Curitiba/PR, 2019.



FONTE: arquivo pessoal Flavia Donini Rossito.

Assim, entender as dinâmicas de troca, conservação, multiplicação e comercialização das sementes crioulas que vêm acontecendo nas Jornadas de Agroecologia possibilita compreender que a essência do pensamento agroecológico demanda por condições dignas de vida, de trabalho e produção no campo e nas cidades, pela garantia de reprodução sociocultural dos saberes locais/tradicionais, pela reciprocidade/cooperação e a autonomia das agricultoras e dos agricultores, contrariando os processos de artificialização da vida por meio de processos biotecnológicos os quais são destituídos de sentido para os camponeses e, também, para os agricultores urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, em oposição à industrialização do campo, desterritorialização dos camponeses e da marginalização de seus conhecimentos tradicionais agroecológicos, os camponeses e camponesas vão traçando seus caminhos de r-existência por meio da memória coletiva agroecológica pela América Latina e Caribe.

São o compartilhar de territórios, dos conhecimentos tradicionais agroecológicos e suas memórias coletivas, as ações dos guardiões e guardiãs de sementes crioulas que resistem no campo e nas cidades que formam as resistências cotidianas camponesas pela América Latina e Caribe.

Os dois exemplos práticos trazidos no presente trabalho, com a experiência da família Acosta Varella e sua *finca* agroecológica Villega, em *Artemisa*, Cuba, e com as dezoito edições das Jornadas de Agroecologia conduzidas pelo MST e diversas parcerias, mostram que a memória coletiva agroecológica se mantém viva e por pré-existir à formação do capital industrial como força dominante do metabolismo socioeconômico, resistem à forma industrial capitalista e, assim, r-existem como movimento camponês.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed.rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BATISTA, Ândrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina**. 2019. 330 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.6, jul./dez. 2002, p.11-28.

CABALLERO GRANDE, Roberto; CASAS VALDÉS, Manuel; DÍAZ PÉREZ, Tomás; FUNES MONZOTE, Fernando; PORTUONDO FORNARIS, Marilet; ROQUE JAIME, Adilén M.; VEGA MARIÑO, Luz Magdalena; VÁZQUEZ MORENO, Luis L. **Haciendo agroecología**. 3. ed. La Habana: Eduardo Martínez Oliva, 2014.

COSTA, E.C.; OLIVEIRA, R.S. **Meio ambiente e a agricultura no século XXI**. Curitiba: Ithala, 2013.

DÍAZ, Beatriz F. Agricultura y soberanía alimentaria en un contexto de cambio climático. La transformación agroecológica de Cuba. In: DELGADO RAMOS, Gian Carlo; CORNETTA,

Andrei; DÍAZ, Beatriz F. **Cambio Climático global, transformación agraria y soberanía alimentaria en América Latina**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

DESALOMS, Daniel (diretor). **O bloqueio: a guerra contra Cuba**. Youtube. 08 set. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kTKWT60LouI>. Acesso em: 28 jan. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCÍA MOLINA, Jesús M.. Reformas económicas, políticas macroeconómicas y desempeño económico reciente. **ONU - Política social y reformas estructurales: Cuba a principio del siglo XXI**. 2004, p. 15 a 54. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25672/1/S2004089_es.pdf. Acesso em: Fev. de 2019.

GONZÁLES CABRERA, Rommeli. **Um ejemplo**. In: Revista ANAP. La Habana-Cuba: noviembre, 2017.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a campesino: Voces de Latinoamérica** Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable. Managua: SIMAS, 2008.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

IKUTA, Fernanda Keiko. Agroecologia e fomicultura na comunidade rural Arroio Grande (Irati-PR): repertórios de ação e resistências camponesas. **Revista Pegada** – vol. 19. n.2. Publicado em: Maio-Agosto/2018, p. 139-161.

JORNADAS DE AGROECOLOGIA. s/d. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MACHÍN SOSA, B.; ROQUE JAIME, A.M.; LOZANO, D.R.A.; ROSSET, P.M. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. 35 ed., v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. 31 ed., v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria de transição.** Traduzido por Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Traduzido por Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade emancipação a partir da experiência latino-americana.** Publicado em: s/d. Disponível em: <http://www.mstempdados.org/sites/default/files/Carlos%20Walter%20Porto-Gon%C3%A7alves%20-%20De%20saberes%20e%20de%20territ%C3%B3rios.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RESENDE, Simone Aparecida. **ELLA.** Publicado em: s/d. Disponível em: <http://elaa.redelivre.org.br/sobre/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

ROQUE JAIME, Adilén Maria; PIMENTEL, Anne Geraldi. **Falando sobre agroecologia e o MACAC em Cuba.** Entrevista concedida a Anne Geraldi Pimentel, áudio MP3, realizada em 30 abr. 2019.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012, p. 457-475.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, Jan./Jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009. Acesso em: 17 jun. 2018.

SOTO PIPPER, Arturo. **La Ley Helms-Burton y el Derecho Internacional.** Tese (doutorado em ciências jurídicas). 162 fls. Universidade de Oriente Faculdade de Direito: Santiago de Cuba, Cuba, 2008.

TARDIN, José Maria. *Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade.* **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 2, dec. 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/7762>. Acesso em: 03 mai. 2019.

TARDIN, José Maria; TONÁ, Nilciney; FRIGO, Darci; BITTENCOURT, Naiara. Jornada de Agroecologia: 18 anos de construção e luta. In: GRUPO DE TRABALHO CARTILHA

JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ (Org.). **Cartilha 18º Jornada de Agroecologia**. Curitiba: [s.n.], 2019. p. 5-16.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Traduzido por Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VÍA CAMPESINA. **Fundador Histórico de “Campesino a Campesino” en el cierre de evento Internacional de Agroecología en Cuba**. Publicado em: 05 dez. 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/fundador-historico-campesino-campesino-cierre-evento-internacional-agroecologia-cuba/>. Acesso em: 26 mai. 2018.

VÍA CAMPESINA. **Agroecología campesina: por la soberanía alimentaria y la madre tierra. Cuadernos de La Vía Campesina**, n. 07, abr. 2015.

Informações sobre as autoras:

Flavia Donini Rossito

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (Bolsa CNPq). Estudante no grupo de pesquisa EKOA: Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental, da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS). Pesquisadora do Coletivo de Estudos e Ações em Resistências Territoriais no Campo e na Cidade (CERESTA), da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Advogada. flaviarossito@gmail.com. OrcID:<https://orcid.org/0000-0002-9197-7583>.

Anne Geraldí Pimentel

Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica – PR, linha de pesquisa em Direito Socioambiental e Sustentabilidade. Grupos de estudos: Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica PUC/PR e Coletivo de Estudos e Ações em Resistências Territoriais no Campo e na Cidade - CERESTA. Pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS). Bolsista CAPES, Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, processo nº 88881.188031/2018-01. hannah_agp@yahoo.com.br. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-3774-2425>.

Katya Regina Isaguirre-Torres

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Professora das disciplinas de direito agrário e ambiental junto ao Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. katya.isaguirre@ufpr.br. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-72372629>.